

## Comissão de Justiça deve votar logo reforma do CPP

Projeto receberá emendas até o dia 19, devendo o parecer ser apresentado no dia 24, quando a matéria irá a votação. Se houver pedido de vista, decisão ficará para 3 de março. Depois do exame da CCJ, proposta seguirá para o Plenário



Demostenes Torres (2º à esq.), entre Renato Casagrande, Romero Jucá e José Agripino, preside reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**D**e iniciativa de comissão especial, proposta foi elaborada a partir de anteprojeto de uma comissão de juristas instituída pelo Senado. Segundo o relator, Renato Casagrande, o atual Código de Processo Penal, em vigor desde 1941, tem servido de instrumento para protelar decisões da Justiça, "alimentando a impunidade e a criminalidade" no Brasil. **4**

### Sumiço de seis jovens em Luziânia mobiliza senadores

Representando a Comissão de Justiça, sete senadores estiveram ontem na cidade de Luziânia (GO), no entorno de Brasília, para ouvir das autoridades de segurança pública um relato das investigações sobre o desaparecimento de seis adolescentes na cidade, desde dezembro. **6**

### CCT promete priorizar banda larga em 2010

Em sua primeira reunião do ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia discutiu proposta de seu presidente, Flexa Ribeiro, de dar prioridade, em 2010, aos projetos que prometem assegurar acesso à internet rápida para a maioria dos brasileiros, por um preço considerado justo. **5**

### Agripino anuncia obstrução e Sarney diz que exame de vetos depende de acordo

O presidente do Senado, José Sarney – que recebeu ontem a visita de uma delegação de parlamentares britânicos –, afirmou que não se opõe ao exame do veto presidencial a dispositivo do Orçamento que impedia repasse de verbas para obras da Petrobras apontadas como irregulares pelo Tribunal de Contas da União.

Ele observou que, sem acordo das lideranças, uma sessão do Congresso para exame de vetos dificilmente conseguirá número regimental para deliberação. Em discurso no Plenário, o líder do DEM, José Agripino, anunciou obstrução de seu partido a qualquer deliberação até que se encontre uma solução para o problema. **2 e 3**



Parlamentares britânicos recebidos por Heráclito e Sarney: diálogo em busca de maior aproximação entre os dois países

### Nova comissão deverá analisar reforma do Senado

Uma comissão especial para estudar e apresentar sugestões à proposta de reforma administrativa do Senado foi criada ontem pela Comissão de Justiça. A expectativa do presidente da CCJ, Demostenes Torres, é que dentro de um mês se conclua a análise da proposta. **4 e 5**

### Vender bebida a menor pode ter pena aumentada

A CCJ aprovou ontem um projeto que aumenta para até quatro anos de detenção a pena para quem vender, fornecer, servir ou entregar bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. Se não houver recursos, a proposta agora pode ser enviada para análise da Câmara dos Deputados. **4**

### Plástica reparadora no SUS para vítimas de violência

Mulheres vítimas de violência poderão realizar cirurgia plástica pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para a correção de sequelas de lesões corporais. Projeto de lei com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. **7**

### Aprovada realização de exames em estudantes

A realização de exames de saúde, anualmente, em alunos da rede pública e privada foi aprovada ontem terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. Devem ser feitas avaliações de saúde bucal, nutricional e de acuidade visual e auditiva. **7**



Paim e Rosalba Ciarlini na reunião da Comissão de Assuntos Sociais

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Duas MPs abrem pauta de votações do Plenário

A sessão ordinária, às 14h, é deliberativa. A pauta continua trancada pelas medidas provisórias 469/09 e 470/09. A primeira destina R\$ 2,17 bilhões aos ministérios da Saúde e dos Transportes; a outra abre crédito de R\$ 6 bilhões para a Caixa. Também está trancando a pauta o PLC 280/09, que estabelece a exigência de curso superior para os professores do ensino básico.

## Sarney preside ordem do dia

O senador José Sarney preside, às 16h, as deliberações da pauta da sessão plenária.

## Novas emendas à Constituição

O Congresso realiza sessão solene, às 12h, no Plenário do Senado, para promulgar a emenda constitucional (PEC 63/10) que determina piso salarial para os planos de carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias e a proposta (PEC 64/10) que inclui a alimentação como direito social.

## CRE examina acordos com Letônia e Paraguai

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne, às 10h, para analisar dois projetos que aprovam acordos de cooperação cultural com a Letônia e de defesa com o Paraguai.

## Deficiência pode dar prioridade

Reunião, às 10h, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para analisar 30 itens. Entre eles, projeto que amplia benefícios a pessoas com deficiência para dar prioridade de tramitação às causas judiciais.

## CI vota projeto de isenção de pedágio

Às 8h30, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) examina, entre outros itens, projeto que estabelece a isenção de pedágio em rodovias federais aos veículos conduzidos por proprietários que estão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Líder do DEM considera "um desrespeito ao Congresso Nacional" o veto do presidente Lula que derruba proibição de repasse de recursos públicos a quatro obras apontadas como irregulares pelo TCU

# Agripino anuncia obstrução até decisão sobre veto ao Orçamento

"NÃO VOTAMOS NADA até que esse veto seja apreciado e derrubado ou se encontre o caminho de respeitar aquilo que o TCU disse e que o Congresso escreveu e votou por entendimento." O aviso foi feito pelo senador José Agripino (RN), líder do DEM, que quer uma solução imediata para o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao artigo do Orçamento que previa a suspensão de repasses para obras apontadas como irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Para o senador, Lula desrespeitou o Congresso e a ética ao vetar o dispositivo que impedia a transferência de recursos públicos para as obras das refinarias Abreu e Lima (PE) e Presidente Getúlio Vargas (PR), para o terminal de escoamento de Barra

do Riacho (ES) e para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Resolvido o impasse sobre o veto, o senador quer que seja convocada reunião de líderes a fim de definir as votações para os próximos meses. Ele listou matérias que deverão ser prioritárias: PLS 263/04 (formação do cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito), PLS 156/09 (novo Código de Processo Penal), PLC 32/07 (nova Lei de Licitações) e PLC 6/09 (reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência).

Com relação aos projetos sobre o pré-sal, Agripino disse que a oposição não aceitará o regime de urgência, como pretende o governo. Para ele, é inadmissível que assunto tão importante seja discutido em 45 dias. O senador



Líder do DEM sugere que políticas sociais sejam garantidas em lei

advertiu que, da forma como o governo propôs, o país enfrentará dificuldades para atrair investimentos na exploração de petróleo a 5 mil metros de profundidade.

Agripino sugeriu ao governo que encaminhe ao Congresso projeto garantindo a manutenção das políticas sociais para eliminar qualquer suspeita de uso da máquina pública com fim político-partidário. A imprensa noticiou que cartilha divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Social teria colocado em dúvida a manutenção do programa Bolsa Família caso a oposição vença a eleição presidencial.

– O ministério coloca normas para recadastramento e diz que, para 2010, o programa está garantido, mas, para 2011 e 2012, depende do futuro governo – criticou Agripino, para quem a oposição não tem interesse em acabar com programas que eles próprios criaram no governo anterior.



Alvaro Dias

## Alvaro Dias condena veto ao Orçamento

Ao vetar o anexo do Orçamento que lista as obras apontadas como superfaturadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), paralisadas e impedidas de receber recursos públicos, o presidente Lula escancarou as portas da administração pública para a corrupção e a impunidade, disse ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Os indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU recomendavam "a paralisação cautelar da execução física, financeira e orçamentária de empreendimentos sob a responsabilidade da Petrobras e subsidiárias".

– O presidente da República, ao vetar, justifica dizendo que há prejuízo na paralisação das obras. Consideramos o argumento infeliz e inconsistente. A CPI da Petrobras investigou a aplicação de recursos na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e buscou parâmetros em obras do gênero em várias partes do mundo. A conclusão foi de que aquela refinaria apresentará ao final um superfaturamento que pode superar US\$ 2 bilhões.

Os senadores do DEM Raimundo Colombo (SC), José Agripino (RN) e Antonio Carlos Júnior (BA) garantiram que seu partido vai obstruir as votações até que o Congresso delibere sobre o veto.



Marisa Serrano

## Marisa critica o uso político das enchentes

Marisa Serrano (PSDB-MS) criticou o que considera uso das enchentes como arma de disputa política, quando, segundo disse, governo e oposição deveriam estar unidos para ajudar a minorar as perdas e o sofrimento das vítimas.

Além da realização de obras de prevenção contra as cheias, a senadora apontou a necessidade de reordenação da ocupação urbana e do esclarecimento da população tanto sobre áreas de risco como sobre a importância da limpeza das ruas para o bom escoamento das águas de chuva.

Marisa Serrano também manifestou a sua preocupação com a atitude do governo Lula em relação à preservação das instituições democráticas. Segundo disse, a posição do Executivo federal em relação aos estados e municípios que precisam de apoio "sempre é feita como se o país fosse uma monarquia, onde o rei vive alheio aos problemas do povo".

A senadora criticou o fato de o presidente da República vetar parte do Orçamento da União de 2010 e permitir a continuidade "de obras superfaturadas, ilícitas e criminosas".

Ela também lamentou a morte, no Haiti, da coordenadora internacional da Pastoral da Criança, dra. Zilda Arns.

## Efraim faz denúncias contra José Maranhão



Efraim Moraes

O senador Efraim Moraes (DEM-PB) apresentou em Plenário denúncias – feitas pela imprensa paraibana – contra o governador José Maranhão (PMDB), que estaria negociando o apoio à sua reeleição em troca

de decisões judiciais favoráveis a prefeitos e vereadores que sofrem processo de cassação de mandato. A esposa de Maranhão, que é vice-presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, também estaria envolvida no esquema.

– Confio no tribunal de Justiça e também no Tribunal Regional Eleitoral, mas é notório que o governador anda ameaçando prefeitos e vereadores – disse Efraim.

Maranhão assumiu o governo da Paraíba em fevereiro de 2009, após a cassação de Cássio Cunha Lima (PSDB).

## Geovani Borges vê indefinição eleitoral



Geovani Borges

Em discurso ontem, o senador Geovani Borges (PMDB-AP) afirmou que o quadro eleitoral está confuso no Amapá, onde poderá haver três palanques para os candidatos à Presidência, oferecidos por três candidatos que

poderão disputar o governo do estado.

A indefinição se repete na maioria dos estados, disse Geovani. Hoje, conforme notícia do jornal *Folha de S. Paulo* citada pelo senador, os partidos que dão sustentação ao governo Lula já teriam garantido pelo menos 35 palanques para a ministra Dilma Rousseff, enquanto o governador José Serra contaria com 25.

– Passada essa fase de acertos, costuras e alianças, virá a parte mais difícil, que é convencer o povo de quem tem os melhores propósitos e as melhores propostas.

## Paulo Duque: ajuda de Blair para Jogos 2016



Paulo Duque

Paulo Duque (PMDB-RJ) rebateu ontem críticas feitas pela imprensa ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que, em viagem à Europa, convidou o ex-primeiro-ministro da Inglaterra Tony Blair para ser uma espécie

de "superassessor", por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016, a ser realizados no Rio.

– Toda pessoa que consegue êxito na política ou em qualquer setor está sujeita a críticas, infundadas às vezes, com fundamento outras, e foi exatamente o que aconteceu com o governador do Rio de Janeiro agora – observou.

Paulo Duque disse que, em sua avaliação, a decisão de Cabral está correta, lembrando que as Olimpíadas são um evento "de grande magnitude que envolve personalidades e atletas internacionais".



Senadora anuncia criação de empresa em São José dos Quatro Marcos

## Serys destaca plantação de teca no Mato Grosso

Serys Shessarenko (PT-MT) anunciou que estará no próximo sábado em São José dos Quatro Marcos, na inauguração das novas instalações industriais da Soroteca Agroflorestal Ltda., empresa de grupo holandês que explora 14 mil hectares com plantações de teca e eucalipto em Mato Grosso e no Piauí. A Soroteca pretende expandir suas plantações em mil hectares ao ano, investimento que criará empregos em Mato Grosso.

A senadora explicou que a *tectona grandis*, conhecida como teca, é nativa de florestas tropicais da Índia e de outros países do sudeste asiático. Sua madeira é muito utilizada em marcenaria e carpintaria de luxo e é considerada insubstituível na construção naval e na confecção de móveis expostos ao tempo, devido à sua resistência. As terras mato-grossenses estão entre as melhores do mundo para o plantio da espécie, assinalou.



Sadi Cassol: setor público não paga mínimo legal definido pelo Confea

## Cassol quer piso salarial para engenheiros

Sadi Cassol (PT-TO) anunciou ontem a apresentação de um projeto para garantir o piso salarial nacional dos engenheiros, arquitetos, geógrafos, geólogos, agrônomos, tecnólogos e meteorólogos que trabalham no serviço público.

Segundo o senador, em editais de concursos de prefeituras, por exemplo, esses profissionais são generalizados em termos salariais e costumam ter seus rendimentos puxados para baixo.

– Na iniciativa privada, esse tipo de coisa é fiscalizada pelo Ministério Público. Já no serviço público, que deveria dar o exemplo, os salários acabam sendo inferiores – disse.

O senador explicou que a legislação que regulamenta os vencimentos desses profissionais é a Resolução 397/95, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea).

Presidente do Senado diz que não se oporá ao exame, pelo Congresso, do veto na lei orçamentária feito pelo Executivo para permitir o repasse de recursos a obras da Petrobras consideradas irregulares pelo TCU

# Sarney: exame de veto ao Orçamento depende de acordo entre os líderes



Seis parlamentares britânicos foram recebidos pelo presidente do Senado: interesse comum em economia e meio ambiente

## Sarney e Heráclito recebem delegação britânica

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem visita de uma delegação de seis parlamentares britânicos. No encontro, do qual também participou o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), Sarney ressaltou o bom momento pelo qual passa o Brasil, explicou o funcionamento do Congresso e falou de temas prioritários para aproximação entre os dois países.

– O Brasil vive uma fase de bastante prosperidade, com baixa taxa de inflação e de endividamento, com boas reservas internacionais, e, internamente,

diminuímos a pobreza e aumentamos o nível de renda. Estamos num momento bom e de crescimento – afirmou Sarney.

Indagado sobre em que áreas os dois países poderiam aproximar o relacionamento, Sarney citou a economia e o meio ambiente. O presidente do Senado observou que o Brasil já teria saído da crise financeira mundial, enquanto a Europa estaria tendo uma recuperação mais lenta desse episódio. Em sua avaliação, a experiência brasileira poderia contribuir para superação da crise pelos demais países.

Em relação ao meio ambiente, Sarney afirmou que o Brasil tem hoje uma das melhores legislações nessa área.

– O problema da Amazônia está resolvido e temos responsabilidade de preservá-la – disse.

Sarney lembrou que os britânicos receberam muito bem a delegação de parlamentares brasileiros em visita oficial àquele país em 2007.

Integram a delegação os parlamentares Mark Phillip Hendrick, Christine Margaret Russell, Malcolm Hunt Wicks, David Amess, Christopher John Rennard e John David Taylor.

## Primeira reunião do Parlasul coincidirá com posse de Mujica

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) fará sua primeira reunião do ano nos dias 1º e 2 de março, em Montevideu. No dia 1º, os parlamentares participam da cerimônia de posse do novo presidente do Uruguai, José Mujica, eleito pela mesma Frente Ampla que já havia indicado o atual presidente, Tabaré Vázquez. Para o dia 2, está prevista a realização da primeira sessão plenária.

A escolha das datas ocorreu em reunião da mesa diretora do Parlasul, na segunda-feira passada, em Buenos Aires, quando o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) tomou posse como vice-presidente pelo Brasil. A proposta de coincidência da sessão com a posse de Mujica foi apresentada pelo próprio Mercadante como uma homenagem ao presidente eleito do Uruguai.

Originalmente, estava prevista uma sessão plenária em Brasília, na semana seguinte à do carnaval. A ideia de se promover uma sessão na capital brasileira não foi abandonada, mas adiada, segundo o senador, devido principalmente à provável dificuldade de obtenção de passagens durante a época de férias no país.

Para Mercadante, a luta pela recuperação econômica na região deverá ser um dos principais

temas do Parlasul neste início de ano. Além disso, podem entrar em discussão, na sua opinião, as dificuldades políticas e econômicas enfrentadas no momento pela Venezuela.

– A crise econômica ainda deve ter grande presença nos debates – previu.

Durante o primeiro semestre de 2010, caberá à Argentina presidir o Parlasul, além do próprio Mercosul, no sistema de rodízio entre os países membros. Uma das prioridades deverá ser a conclusão das negociações a respeito do estabelecimento do critério de proporcionalidade no número de cadeiras a que terá direito cada país no parlamento regional.

Os parlamentares argentinos têm demonstrado o desejo de estabelecer maiorias qualificadas para certos tipos de votação, como forma de se garantir maior peso a cada um dos países em debates sobre temas considerados sensíveis. As negociações nesse sentido ainda estão sendo conduzidas pelos governos dos países do Mercosul. Somente depois de um acordo final sobre esse tema é que se poderá estabelecer definitivamente o critério de representatividade, segundo o qual os países maiores terão direito a maiores bancadas, quando forem realizadas



Mujica tomará posse como presidente do Uruguai no dia 1º de março

eleições diretas em cada um deles.

## Itaipu

Mesmo antes da primeira sessão do ano, já deve começar, em Brasília, a movimentação política dos membros do Parlasul. Está prevista para a semana seguinte ao carnaval a viagem a Brasília de uma comitiva de parlamentares do Paraguai, que virão pedir aos colegas brasileiros a rápida aprovação do acordo para elevar as compensações pagas pelo Brasil ao Paraguai pela utilização da energia produzida pela usina de Itaipu.

A missão será chefiada pelo vice-chanceler paraguaio, Jorge Lara Castro, e integrada por parlamentares ligados ao governo e à oposição. Eles deverão se encontrar com integrantes das Mesas da Câmara e do Senado e das comissões por onde tramitará a mensagem presidencial, atualmente na Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, disse ontem que não se oporá, caso haja acordo de todas as lideranças, ao exame do veto do presidente da República ao dispositivo da Lei Orçamentária de 2010 que impedia o repasse de verbas para quatro obras da Petrobras apontadas como irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Ele esclareceu, no entanto, que ainda não havia sido comunicado de decisão de líderes da Câmara para apreciação do veto.

– Ninguém falou comigo ainda, mas não serei empecilho nenhum se eles decidirem – declarou.

Segundo Sarney, a experiência tem demonstrado que o exame de veto pelo Congresso depende de acordo das lideranças, caso contrário, a sessão não alcança número regimental para deliberação.

Indagado se esse veto não representaria uma afronta à decisão do Congresso Nacional, Sarney afirmou que o mecanismo do veto pelo presidente da República é assegurado pela Constituição, que também concede ao Congresso o direito de exame do veto.

## MPs

Sobre o envio pelo Executivo, ao final do ano passado, de medida provisória liberando cerca de R\$ 18 bilhões em créditos extraordinários que o próprio governo teria admitido não serem relevantes, desrespeitando, assim, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto, Sarney informou a realização de ação conjunta do Senado, Câmara e STF para examinar essa prática.

– Eu conversei com o presidente da Câmara [Michel Temer]. O Supremo tem uma interpretação a respeito e nós vamos nos reunir para tratar do assunto – informou.

## PMDB

Sarney informou também que comparecerá à Convenção do PMDB, no sábado, e apoiará a reeleição de Michel Temer para a presidência do partido.

– Não há outro candidato. Não há divisão – afirmou.

José Sarney esclareceu que considera desnecessária a solicitação de urgência constitucional para a votação das propostas do governo que tratam da exploração do petróleo na camada pré-sal e que um debate maior sobre o tema facilitaria a aprovação.

– Nós temos muito mais condições e meios regimentais de discutir e modificar o projeto – observou, lembrando tratar-se de matéria muito polêmica, que envolve interesse de diversos estados.

Já com relação às atividades da Mesa diretora, Sarney informou que os trabalhos foram iniciados, mas que ainda não há matéria para deliberar.

Até o dia 19, poderão ser encaminhadas emendas à proposta e, no dia 24, o relator deve apresentar o parecer. Caso haja pedido de vista, matéria será votada pelo colegiado no início de março

# Comissão de Justiça apressa o exame da reforma do CPP

O PROJETO DE lei de reforma do Código de Processo Penal (CPP), já aprovado em comissão especial, começou a tramitar ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Até o dia 19 poderão ser apresentadas emendas à proposta. O relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), deverá apresentar o parecer final no dia 24, quando a matéria poderá ser submetida a votação no colegiado. Caso haja pedido de vista, a votação na CCJ ficará para o dia 3 de março. Depois da manifestação da comissão, a proposta seguirá para o Plenário do Senado, e, se aprovada, irá ao exame da Câmara.

Casagrande, que também foi relator da comissão especial, afirmou durante exposição à CCJ que o atual CPP, em vigor desde 1941, tem servido de instrumento para protelar as decisões da Justiça, "alimentando, por consequência, a impunidade e a criminalidade no país".

## Sobrecarga

Segundo o senador, o projeto procura resgatar a essência do *habeas corpus*. Ele observou que essa garantia constitucional vem sendo desvirtuada para protelar o processo judicial e sobrecarregar os tribunais superiores.

Informou que foram protocolados 3.648 pedidos de *habeas corpus* no Supremo Tribunal



Para Casagrande, código atual contribui para o aumento da impunidade no país

Federal (STF) em 2008. Já o Superior Tribunal de Justiça (STJ) registrou, no mesmo ano, o ingresso de 26.973 requerimentos de *habeas corpus*.

Casagrande explicou que as mudanças sugeridas no CPP – baseadas no modelo acusatório – buscam garantir a imparcialidade do órgão julgador e a presunção de inocência do acusado.

Entre as principais medidas propostas, está a figura do juiz das garantias, que intervirá apenas quando a investigação atingir direitos fundamentais do investigado e irá decidir sobre as medidas cautelares e probatórias no inquérito policial. Pelo projeto, esse magistrado será o responsável final pelo controle da legalidade da investigação e ficará encarregado de decidir

sobre pedido de arquivamento, hoje a cargo do juiz vinculado ao processo.

O novo CPP também amplia o rol de medidas cautelares, atualmente restritas a prisão, liberdade provisória e fiança.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) parabenizaram Renato Casagrande pelo trabalho de reformulação do Código de Processo Penal.

Suplicy aproveitou para assinalar preocupação da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) de que o novo CPP suprima o poder de instrução complementar do juiz da ação penal. O relator afirmou que a apreensão da entidade não procede, porque a proposta não cerceia, mas assegura toda liberdade para atuação do juiz.

# CCJ cria grupo para estudar reforma administrativa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) formará uma comissão especial para estudar e apresentar sugestões à proposta de reforma administrativa do Senado. A informação foi dada ontem pelo presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), que, em seguida, convidou o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para presidir o grupo.

– O senador Jarbas Vasconcelos já tem experiências notáveis em diversas áreas do Poder Executivo. Acreditado, portanto, que essa comissão vai ficar em boas mãos – garantiu Demostenes.

O presidente da CCJ designou como

relator da comissão especial o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que, entretanto, se considerou impedido, por ser vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), órgão contratado pelo Senado para elaborar a proposta de reforma administrativa. Demostenes, então, informou que escolherá o relator em outra ocasião, mas já designou Tasso Jereissati (PSDB-CE), Pedro Simon (PMDB-RS), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) para compor o grupo de trabalho.

Demostenes esclareceu que a proposta de reforma administrativa ainda não foi encaminhada para a CCJ. Ela ainda está

na Mesa diretora, recebendo emendas. O senador adiantou, no entanto, que a estrutura da CCJ está à disposição da comissão especial, que, dentro de um mês, deve concluir a análise da proposta de reforma administrativa para, somente então, entregar o projeto ao relator.

– Essa é uma sugestão que a CCJ daria para que a Casa possa caminhar bem e servir à nação, mas que também possa ser econômica, sem que isso impeça seu pleno funcionamento – concluiu o presidente da Comissão de Justiça.

Após a análise da reforma administrativa pela CCJ, a proposta será votada em Plenário.



ACM Júnior (E) e Osmar Dias acompanham sabatina dos indicados: o almirante de esquadra Alvaro Luiz Pinto e o general de exército Cerqueira Filho

# Comissão aprova duas indicações para o STM

A CCJ aprovou ontem, por unanimidade, duas indicações presidenciais para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM): a do almirante de esquadra Alvaro Luiz Pinto e a do general de exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho. Na sabatina, temas como a homossexualidade nas Forças Armadas, a ajuda ao Haiti e a reforma da legislação penal militar foram debatidos.

A questão sobre a homossexualidade foi suscitada pelo presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO). Em sua resposta, depois de citar declaração de um teólogo na França de que não era contra o ingresso de homossexual nos quadros da Igreja desde que a pessoa fizesse uso do voto de castidade, o almirante afirmou que nada tem contra o ingresso de um homossexual em uma das Armas, "desde que ele mantenha a dignidade da farda, do cargo, do trabalho que executa".

– Se ele mantiver sua dignidade, sem problema nenhum. Se for indigno, ferindo a ética, não seria a favor – acrescentou Alvaro Luiz Pinto.

Já o general de exército disse que não há compatibilidade entre essa orientação sexual e o tipo de atividade exercida.

– A vida militar se reveste de determinadas características, de tipo de atividade, inclusive em combate, que pode não se ajustar ao comportamento desse indivíduo. A maior parte dos Exércitos do mundo não admite. Não é que o indivíduo seja um criminoso. Não sou contra o indivíduo ser [homossexual], cada um toma sua decisão. Se ele é assim, talvez haja outro ramo de atividade que ele possa desempenhar – acrescentou Raymundo Nonato, para quem o homossexual comprovadamente não consegue comandar a tropa.

## Haiti

A partir de pergunta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre qual a melhor forma de o governo brasileiro prestar uma ajuda mais eficiente ao Haiti, o general afirmou que o êxito

da missão do Exército brasileiro no país está ligado ao preparo dos militares. Raymundo Nonato disse acreditar que o governo agiu de maneira correta ao liberar recursos financeiros para o Haiti e acrescentou que todos têm que trabalhar em favor daquele país.

– O Exército está fazendo isso juntamente com os Fuzileiros Navais, dando apoio incansável. Nossa presença lá é insubstituível. Nossa Bandeira é vista em todos os cantos do Haiti, espontaneamente – afirmou.

Por sua vez, Alvaro Luiz Pinto, que esteve no Haiti em outubro de 2009, disse que a nação precisa de "uma solução programada, estudada, porque não há como fazer o país sobreviver a essa catástrofe sem ter ajuda financeira e técnica e sem uma vontade política de reerguer o país".

Também em resposta a Demostenes Torres, o almirante e o general consideraram bem-vinda toda mudança destinada a facilitar o processo penal militar e a atualizar o Código Penal Militar.

## COMISSÃO REJEITA NOVA VOTAÇÃO PARA DIREÇÃO DA ANA

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem parecer de Demostenes Torres (DEM-GO) pela rejeição de recurso apresentado por Magno Malta (PR-ES) pedindo que fosse repetida a votação da indicação de Paulo Rodrigues Vieira ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Demostenes julgou improcedente o recurso por entender que a votação realizada pelo Plenário que resultou na rejeição da indicação "foi perfeita e acabada", não tendo apresentado qualquer vício. Demostenes também apresentou parecer pela rejeição de recurso de Arthur Virgílio (PSDB-AM), solicitando ao colegiado que apreciasse a obrigatoriedade de se substituir presidente de comissão técnica em caso de mudança de partido. O recurso era relativo à filiação ao PSDB do senador Flávio Arns, antes presidente da Comissão de Educação (CE) e filiado ao PT. Para o relator, a substituição de presidente de comissão por líder partidário sem apoio da bancada, se houver desligamento, é direito assegurado pelo Regimento Interno do Senado.

# Em 2010, CCT dará prioridade a projeto de universalização da banda larga

Comissão vai basear discussão na proposta do Plano Nacional de Banda Larga, que o governo encaminhara ao Congresso. Convergência das mídias e garantia de recursos para a ciência e a tecnologia também estão na pauta

FAZER COM QUE a maioria dos brasileiros tenha acesso à internet rápida por um preço justo será uma das prioridades da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em 2010. A proposta foi feita pelo presidente da comissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), na primeira reunião do ano, realizada ontem. Ele informou que essa discussão terá como base o projeto que o governo encaminhará nos próximos dias ao Congresso e que institui o Plano Nacional de Banda Larga, que busca universalizar a rede no país.

O senador lembrou que este será um ano atípico por conta da realização das eleições e da Copa do Mundo, o que demandará mais esforços no primeiro semestre. Por isso, Flexa Ribeiro sugeriu que a comissão se concentre sobre três pontos: internet, os projetos que tratam da convergência de mídias e a elevação de recursos para a área de ciência e tecnologia.

No caso da internet, além da expansão, a comissão deverá discutir projetos sobre os fundos de



Entre as propostas a serem analisadas, o presidente da CCT incluiu a que reformula os fundos ligados às telecomunicações

telecomunicações. Flexa Ribeiro comunicou que apresentou, na terça-feira, projeto que sugere a reformulação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Ele propõe a instituição de um fundo que tenha destinação exclusiva para o desenvolvimento e a oferta de telecomunicações, notadamente a internet em banda larga.

– Não podemos continuar nessa situação em que os recur-

sos dos fundos são desviados, com o contingenciamento para compor o superávit primário – criticou o senador.

Já a convergência das mídias, afirmou, será tratada em dois projetos. Um deles (PLS 280/07) é do próprio Flexa Ribeiro e o outro está na Câmara (PLC 29/07), mas com perspectiva de rápida chegada ao Senado.

– A tecnologia está avançando muito rapidamente e essas inovações impõem regulação, pois podem gerar situações

conflituosas – advertiu.

O senador informou ainda que pretende formar um grupo de trabalho para avaliar as sugestões da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em dezembro. Ele sugere que algumas delas sejam transformadas em propostas de leis.

Por fim, ele alertou para a necessidade de o país lutar por maiores investimentos em ciência e tecnologia e pela permanência de seus especialistas.

# Camata defende limites para indenizações a anistiados políticos

Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu ontem a definição de parâmetros para as indenizações aos anistiados políticos por danos morais e materiais sofridos durante a ditadura militar.

– É dinheiro público sendo arrecadado e dado de mão beijada sem nenhum critério – afirmou. Camata é relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de proposta (PLS 517/07) que define um limite para esses pagamentos.

Para dar um exemplo da falta de critérios atual, o senador referiu-se ao caso de uma bomba que explodiu em frente a um quartel do Exército em São Paulo, ferindo um mecânico de

viação. O trabalhador recebeu indenização de apenas um salário e meio, enquanto o terrorista que detonou a bomba, 20 salários mínimos e indenização de R\$ 500 mil.

## Aeroporto de Vitória

Camata também agradeceu ao presidente da Infraero, Murilo Marques Barboza, pelas providências adotadas em relação às obras de construção da pista auxiliar do aeroporto de Vitória, que haviam sido embargadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por superfaturamento da ordem de R\$ 61 milhões.

Segundo informou o senador em Plenário, a obra será assumi-

# Suplicy apela por ajuda a vítimas das chuvas em São Paulo

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário as cartas que encaminhou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; ao governador do estado de São Paulo, José Serra; e ao prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, pedindo ajuda à população da capital e do interior paulistas, que sofrem com as chuvas que caem desde dezembro.

O senador disse que visitou bairros da zona leste de São Paulo, na várzea do rio Tietê, onde residências foram inundadas, causando prejuízos materiais e danos, principalmente para crianças. As chuvas destruíram ainda estabelecimentos comerciais e industriais. Suplicy anotou

"estragos de extraordinária monta" também nos municípios de São Luiz do Paraitinga, Cunha, Lagoinha, Atibaia, Santo Antônio do Pinhal, Taubaté, Pindamonhangaba, São Bento do Sapucaí e Guararema, entre outros.

De acordo com Suplicy, soluções como a ampliação das calhas e o permanente desassoreamento dos rios não são simples nem de curto prazo. Porém, a população não pode esperar por auxílio, solicitando recursos em caráter emergencial, para infraestrutura de moradias, como o governo federal já faz no Rio de Janeiro.

Na carta a Lula, o senador pediu que o governo expanda

# Projeto criminaliza venda de bebida a menor

Vender, fornecer, servir ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente será crime sujeito a pena de seis meses a quatro anos de detenção, punível ainda com multa. Isso é o que prevê projeto aprovado ontem pela CCJ, que quer incluir esse tipo penal no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autor do projeto original (PLS 68/09), Tasso Jereissati (PSDB-CE) argumenta que a Lei de Contravenções Penais define a prática de servir bebida a adolescente como "mera infração penal de menor gravidade", punível com apenas dois meses a um ano de prisão simples. O texto passou na CCJ, em segundo turno de votação e em decisão terminativa, conforme substitutivo da relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT).

Nos termos do texto, a Lei 9.294/96 – que restringe o uso e a propagação de cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos e defensivos agrícolas – também deverá ser alterada. A proposta determina que os rótulos das embalagens de bebidas contendo as advertências: "Evite o consumo excessivo de álcool" e "Venda proibida a menores de 18 anos". Essa lei deverá impor ainda que, nos locais de venda de bebida alcoólica, seja fixada advertência de que são crimes puníveis com detenção dirigir sob a influência de álcool e vender bebida alcoólica a criança ou adolescente.

No texto, Serys explicou ter optado por concentrar essas últimas normas na lei que já proíbe a venda de cigarros a menores de 18 anos para evitar

dificuldade na aplicação das novas regras. Ela propõe também a rejeição de duas emendas feitas ao texto pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), a fim de evitar a tripla previsão de sanções para quem vender bebida alcoólica a menores.

A relatora não endossou a ideia de fazer constar de toda propaganda comercial de bebida alcoólica a indicação de que sua venda a menores constitui crime.

– Não só por acreditar que o gosto pelo proibido, próprio da juventude, pode acarretar um incentivo ao consumo, mas também por entender que o tema da publicidade de bebidas alcoólicas deve ser enfrentado em discussão própria, de modo amplo, e não apenas episódico – argumentou.

## JURISTAS LEVARÃO A GILMAR MENDES RELATÓRIO SOBRE NOVO CPC

A comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de novo Código de Processo Civil (CPC) vai entregar hoje, às 16h, o relatório parcial de seus trabalhos ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes. O colegiado será representado por seu presidente, ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O principal objetivo da reforma do CPC é agilizar a prestação de serviços da Justiça. Instituída por ato do presidente do Senado, José Sarney, a comissão acolheu, entre outras propostas, uma medida que pode desestimular a resistência ao cumprimento de decisão judicial: a criação de uma multa para a hipótese de o executado perder a sua impugnação à sentença ou os embargos que tiver apresentado. A ideia é fazer com que só haja esse tipo de recurso quando existir uma boa perspectiva de vitória. Assim, o executado deixará de formular o recurso contra a decisão judicial apenas como estratégia para adiar o seu cumprimento.

## CCJ VAI PEDIR À PF QUE NOMEIE 83 APROVADOS EM CONCURSO

A CCJ vai pedir à Polícia Federal a nomeação de 83 candidatos excedentes aprovados em concurso público que estabelecia, em edital, 200 vagas para a segurança de fronteiras. A sugestão, acatada pelo presidente do colegiado, Demostenes Torres (DEM-GO), foi feita ontem por Gerson Camata (PMDB-ES). – O presidente Lula e o ministro da Justiça já apoiaram a inclusão desses 83 excedentes, mas o superintendente da Polícia Federal está reticente em chamá-los. Estamos vendo, a toda hora, as fronteiras brasileiras desguarnecidas. Chamar esses excedentes seria indispensável – solicitou Camata. Segundo Romeu Tuma (PTB-SP), que já foi delegado-geral da Polícia Federal, a instituição alega estar com dificuldades orçamentárias para arcar com a nomeação dos 83 concursados. – Não concordo muito com essa tese [a falta de recursos], porque há meios para se fazer uma complementação [orçamentária] – reiterou Tuma.

**CAVALCANTI COBRA NORMAS PARA CARTÕES**



Em vez de aceitar a proposta de auto-regulamentação encaminhada pela Associação das Empresas Brasileiras de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) no final do ano passado, o governo federal e o Congresso devem estipular as normas para regular o setor.

O alerta foi feito pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), ao cobrar providências ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Os juros cobrados pelos cartões de crédito chegam a 500% ao ano, criticou o senador.

**SENADOR PEDE ABERTURA DE UTI NEONATAL DE CUIABÁ**



O senador Jaime Campos (DEM-MT) afirmou que uma decisão do Ministério do Planejamento, de cortar gastos com horas extras de funcionários e médicos em plantão, está desativando a única UTI Neonatal que atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Mato Grosso, do Hospital Universitário Júlio Müller, ligado à Universidade Federal de Mato Grosso. O corte também levou ao fechamento do pronto-atendimento pediátrico.

Para piorar, disse, o Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá passa por reformas e não tem condições de receber crianças.

**PONTE É OPORTUNIDADE PARA RONDÔNIA, DIZ RAUPP**



Com inauguração prevista para 2012, a ponte que ligará as cidades de Guajará-Mirim (em Rondônia) e Guyaramerín (na Bolívia) será construída sobre o rio Mamoré e terá cerca de 1,2 quilômetro. A obra representa, de acordo com o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), "uma oportunidade de incremento ao desenvolvimento e de alavancagem do comércio externo, por via do oceano Pacífico".

Raupp destacou que o empreendimento resgatará uma dívida secular do Brasil com a Bolívia. Ele informou que o início das obras está previsto para julho.

Sete parlamentares vão até a cidade goiana, próxima a Brasília, para conversar com autoridades policiais. Primeiro desaparecimento aconteceu em dezembro

**Sumiço de menores em Luziânia mobiliza senadores**

UM GRUPO DE sete senadores foi ontem a Luziânia (GO) para discutir com autoridades de segurança pública o desaparecimento de pelo menos seis adolescentes, entre 13 e 19 anos. O primeiro caso ocorreu em dezembro passado, mas até o momento a polícia não desvendou o mistério.

Participaram da comitiva os senadores Lúcia Vânia (PSDB-GO), Demostenes Torres (DEM-GO), Romeu Tuma (PTB-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Renato Casagrande (PSB-ES), Magno Malta (PR-ES) e José Nery (PSOL-PA), além dos membros da Comissão dos Desaparecidos, da Câmara dos Deputados.

Lúcia Vânia classificou a visita de "extremamente proveitosa e confortadora".

– Tivemos a oportunidade de ouvir o secretário de Segurança Pública de Goiás, Ernesto Roller, que tem se empenhado, juntamente com o governador, no sentido de dar tranquilidade às famílias e tem atuado com muita segurança nas investigações.

A senadora acrescentou que a Polícia Civil de Goiás "está no caminho certo".

Também participou do encontro o delegado Regional da Polícia Civil José Luiz Martins.

– Eles abriram várias linhas de investigação e essas investigações já revelaram indícios que propiciam conclusões. A Polícia Civil está atenta à sua



Senadores conversaram com o secretário de Segurança e o delegado da cidade

responsabilidade. O seu setor de inteligência está trabalhando para desvendar o caso. Saímos de Luziânia seguros de que logo, logo tudo estará resolvido – declarou Lúcia Vânia, para quem as famílias se sentiram mais seguras ao ver que senadores se interessaram pelo caso e estão ajudando.

**CPI oferece ajuda**

Magno Malta, que preside a CPI da Pedofilia, disse que disponibilizou todos os instrumentos da comissão que possam auxiliar a investigação, como a rapidez na quebra de sigilo telefônico.

– A polícia está no rumo certo. As famílias estão angustiadas, mas há informações que não podem ser divulgadas. Não existem indícios de que alguma criança esteja morta. A investigação está nas mãos de pessoas

experientes. Não tenho dúvida que isso será elucidado daqui a pouco – afirmou.

Romeu Tuma, vice-presidente da CPI, elogiou a decisão do delegado-geral da cidade de designar um delegado para investigar cada caso. De acordo com o senador, há um relatório diário sobre cada investigação, que é depois analisado para verificar se há vinculação entre os casos.

Tuma afirmou que o objetivo da CPI não foi participar da investigação ou interrogar alguém, mas sim oferecer ajuda no que puder.

Segundo Renato Casagrande, os desaparecimentos não parecem ter envolvido violência física. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou a liderança de Malta na luta contra a pedofilia.

**CPI das ONGs estende trabalhos até setembro**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não Governamentais (ONGs) teve seu funcionamento prorrogado até o dia 3 de setembro. Requerimento do presidente da CPI, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), foi lido na tarde de ontem em Plenário.

A comissão foi instalada em 3 de outubro de 2007 e teria seus trabalhos encerrados no próximo dia 21. Ela foi criada a pedido de Heráclito, com o objetivo de apurar a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para ONGs e para organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), no período de 1999 a 30 de abril de 2009.

A CPI das ONGs tem como relator o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e como vice-presidente a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

**Congresso promulga emendas constitucionais**

O Congresso Nacional realiza hoje, às 12h, sessão solene para promulgar duas emendas constitucionais: a Emenda 63, decorrente da proposta de emenda à Constituição (PEC 54/09) que atribui à União competência para, por meio de lei federal, disciplinar o piso salarial profissional nacional e tratar das diretrizes para a categoria. E a Emenda 64 – PEC 21/01, apresentada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) –, que inclui o direito à alimentação como um dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição.

A PEC 54/09, aprovada pelo Senado em dezembro, abre caminho para a criação do plano de carreira e do piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. A PEC 21/01 foi aprovada ontem.

**CLAUDINO QUER INTERNET ACESSÍVEL A TODOS**



Uma das prioridades do governo federal deve ser garantir o acesso à internet a todos os brasileiros, defendeu

ontem o senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

– Sou defensor ardoroso da ideia de que a expansão do acesso à internet por meio da banda larga deve ser adotada como política pública fundamental para o século 21, como o acesso à água, ao esgoto e à energia elétrica foram políticas fundamentais do século 20, o que, é bom ressaltar, ainda não conseguimos prover para toda a população – disse, lembrando que no Brasil a internet não é para todos.

**HERÁCLITO CRITICA PLANO DE DIREITOS HUMANOS**



Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou ontem que o Plano Nacional de Direitos Humanos, editado por decreto presidencial durante o recesso do Legislativo, é um "balaio de temas conflitantes", como controle da imprensa, limitação da prerrogativa do Judiciário de determinar a reintegração de posse de fazendas ocupadas por movimentos sociais e a realização de plebiscito sem aprovação do Congresso.

– Se tivéssemos um Congresso independente, teríamos inaugurado os trabalhos legislativos cobrando a responsabilidade desse ato – afirmou.

– Se tivéssemos um Congresso independente, teríamos inaugurado os trabalhos legislativos cobrando a responsabilidade desse ato – afirmou.

**SUPLYCY CITA AUMENTO DA CRIMINALIDADE EM SP**



Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário notícia do jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, informando que o número de homicídios no estado de São Paulo voltou a subir, após dez anos de queda. Houve queda na capital e na região metropolitana de São Paulo, mas o interior puxou o número. Foram 4.771 vítimas em 2009, contra 4.690 em 2008.

Na reportagem, o delegado-geral da Polícia Civil, Domingos Paulo Neto, afirma que o aumento de alguns índices criminais se deve também à crise econômica que afetou o país no final de 2008 e no primeiro trimestre de 2009.

**MESA DO SENADO FEDERAL**

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

**PRESIDÊNCIA DA SESSÃO**

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Silhessarenko • Mão Santa • Romeu Tuma

**SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

**AGÊNCIA SENADO**

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Silvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

**JORNAL DO SENADO**

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, João Carlos Teixeira e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva  
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Projeto aprovado na CAS obriga Sistema Único de Saúde a oferecer gratuitamente às vítimas de violência grave a opção de realizar cirurgias para corrigir sequelas

## SUS pode oferecer plástica reparadora para mulheres

MULHERES VÍTIMAS DE violência poderão realizar cirurgia plástica pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para a correção de sequelas de lesões corporais. É o que determina projeto de lei do deputado Neilton Mulim (PR-RJ), que teve parecer aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta ainda será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa.

De acordo com o projeto (PLC 112/09), relatado pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), os hospitais e centros de saúde que atenderem mulheres agredidas deverão informá-las sobre o direito que têm à cirurgia plástica gratuita. A mulher vítima de violência grave que exija a reparação cirúrgica deverá apresentar o registro policial da ocorrência da agressão à unidade em que for realizar o procedimento.

Mesquita Júnior ressaltou que o atendimento integral à saúde já está previsto na Constituição, portanto essa cirurgia está incluída. No entanto, explicou o senador, gestores de saúde não consideram o procedimento necessário ou prioritário. Alguns, acrescentou, pensam ser uma intervenção meramente estética ou embelezadora.

O parlamentar destacou que, em alguns casos, os ferimentos ou mutilações deixam sequelas que afetam permanentemente a mulher vítima da agressão, tanto física quanto psiquicamente. As



Relator do processo, Mesquita Júnior (C) critica o SUS por não realizar cirurgias

de cicatrizes, observou o senador, prejudicam a autoestima da mulher, especialmente se localizada na face.

– A maioria das mulheres portadoras de sequelas deformantes não pode pagar por cirurgias plásticas reparadoras nem consegue a sua realização

nos serviços públicos de saúde. Já as mulheres de poder aquisitivo mais alto geralmente são beneficiárias de planos privados de assistência à saúde ou podem pagar pela cirurgia. As mulheres pobres são, também, vítimas da desigualdade no atendimento à saúde, assinalou o relator.

## Rosalba homenageia trabalho de Zilda Arns pelas crianças

A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), homenageou ontem a médica Zilda Arns, morta no terremoto do Haiti, em janeiro. A senadora disse que a mortalidade e desnutrição infantis no Nordeste foram reduzidas em razão de ações realizadas naquela região pela Pastoral da Criança, que Zilda fundou e coordenou.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou também os 18 militares brasileiros que perderam suas vidas no Haiti. O parlamentar informou que o Senado realizará sessão especial de homenagem a Zilda Arns e aos militares. Paim anunciou que o Fórum Social Mundial, realizado anualmente em Porto Alegre, dedicará o evento do próximo ano ao Haiti.

## Projeto na CAS exige contratos entre planos de saúde e hospitais

Proposta da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que exige a assinatura de contratos escritos entre as operadoras de planos de saúde e seus prestadores de serviços, sejam eles profissionais ou estabelecimentos da área de saúde, foi aprovada ontem pela CAS. O texto é um substitutivo ao PLS 276/04 e, por isso, será submetido a turno suplementar de votação.

Ao modificar o texto original, o relator Augusto Botelho (PT-RR) preferiu diminuir a burocracia, eliminando das operadoras e dos prestadores de serviços exigências de autorizações e notificações à Agência Nacional de Saúde. Mas reforçou a existência de um compromisso dos planos em relação aos seus filiados, especialmente da vigência dos contratos com os prestadores de serviços.

– Na prática, se um plano de saúde cancelar o convênio com determinado hospital, terá que transferir o doente para outro hospital conveniado, assim que sua condição de saúde permitir. Muitos consumidores se queixam do fato de serem abandonados onde estão internados, sem quaisquer direitos, quando o plano interrompe o convênio – explicou.

O substitutivo também exige cláusulas definidas para vigência de contratos, critérios



Proposta de Lúcia Vânia também visa proteger direitos dos usuários

para prorrogação ou rescisão, identificação de procedimentos médico-assistenciais que necessitem de autorização prévia e definição de penalidades pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos.

## Trabalhistas

A comissão continuou a discussão de dois projetos de alcance trabalhista, mas sem chegar à votação. O primeiro, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), pretende dar adicional de periculosidade aos porteiros, vigilantes e agentes de segurança de condomínios horizontais, residenciais ou comerciais (PLS 493/09). O segundo projeto (PLS 160/09), da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), trata das condições de trabalho de diaristas em serviço doméstico, tais como faxineiros, jardineiros, babás ou acompanhantes de idosos.

## Exame de saúde para estudantes é aprovado em comissão

Projeto que autoriza o Poder Executivo a realizar exames de saúde anuais em alunos da rede pública e privada foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A decisão sobre a proposta (PLS 70/08), apresentada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), foi terminativa.

Os exames previstos no projeto deverão incluir, no mínimo, avaliações de saúde bucal, nutricional e de acuidade visual e auditiva e serão realizados em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS). Para estimular as consultas, Marisa Serrano sugeriu também que seja realizada a Semana Nacional da Saúde na Escola, toda primeira semana do mês de agosto.

Pela proposta, os exames devem ser realizados em alunos do ensino fundamental e médio, já que existem estudos indica-

tivos de elevada prevalência de problemas de saúde entre as crianças da educação básica, em especial dificuldades de visão, audição, nutrição e a presença de cáries dentárias.

– Muitos desses problemas não são diagnosticados por falta de ações nesse sentido, quer de parte da escola, quer do sistema de saúde. As crianças têm o direito de ter sua saúde acompanhada pelo poder público, para que possam aprender melhor – destacou a senadora.

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) enfatizou a necessidade de que a proposta seja efetivamente aplicada, a despeito de o Brasil ser muito grande e de haver locais só acessíveis por barco. Para isso, ele propôs que, transformada em lei, a medida seja amplamente divulgada, para que não venha a se tornar letra morta.

## Comitês investigarão alta mortalidade no parto

Para reduzir a mortalidade causada por parto entre as mulheres no Brasil – três vezes superior ao máximo admitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) –, a CAS aprovou proposta criando comitês de prevenção à mortalidade materna, para identificar as responsabilidades técnicas ou administrativas pelos óbitos e buscar medidas concretas para sanar os erros identificados.

Pelo PLC 100/07, que cria os comitês, será obrigatória a notificação do óbito materno, caso ocorra na gravidez ou até 42 dias após o parto (exceto

assassinatos, acidentes ou intoxicações). O projeto identifica a falta de cuidados pré-natais adequados, os abortos inseguros e a não existência de unidades de tratamento intensivo (UTIs) nas maternidades para cuidar rapidamente de hemorragias, infecções, eclâmpsia e ruptura uterina, como as principais causas de tantas mortes.

A OMS admite até 20 mortes maternas por 100 mil crianças nascidas vivas. Em 2006, na última estatística disponível no SUS, houve 77,2 óbitos de mães por 100 mil bebês nascidos vivos no Brasil, ou seja, um índice

superior a três vezes o nível tolerado, mesmo em países em desenvolvimento.

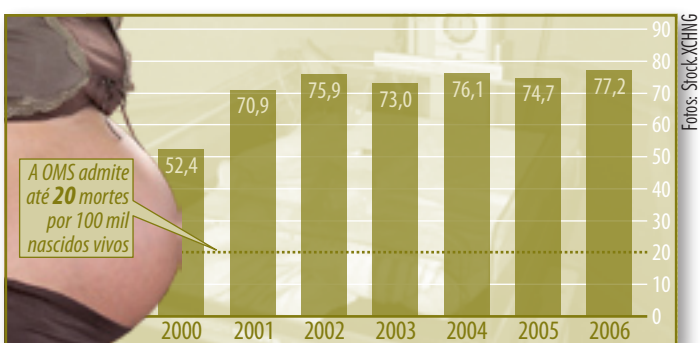
O relator na CAS, Mão Santa (PSC-PI), apresentou substitutivo para exigir que o governo federal participe dos comitês, que deverão incluir representantes do gestor do SUS nas três esferas da administração pública, especialistas em assistência à saúde da mulher, representantes de serviços públicos que prestem assistência ambulatorial ou hospitalar à mulher e professores universitários. Os comitês deverão investigar as mortes no prazo de 30 dias para determinar medidas para sanar os erros identificados.

Augusto Botelho (PT-RR) observou que, em Roraima, funciona desde 1996 um comitê para investigação de mortes maternas. Para ele, o pré-natal bem feito é fundamental. O senador observou que a relação de óbitos ocorridos em partos normais e em cesarianas é de um para 37.

Por isso, ele manifestou sua insatisfação diante do fato de mais de 30% dos partos no Brasil serem feitos por cesariana, enquanto nos países desenvolvidos esse índice é de apenas 10%.

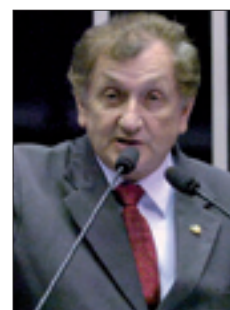
### Mortalidade materna no Brasil

Número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos: índice brasileiro é mais de três vezes superior ao nível tolerado



## Mão Santa agradece título de sócio do Rotary Club de Parnaíba

Mão Santa (PSC-PI) agradeceu ontem o título de sócio honorário que recebeu, no dia 26 de janeiro, do Rotary Club de Parnaíba (PI). O senador recebeu a homenagem pelos relevantes serviços prestados ao Rotary International e pelo apoio às iniciativas da entidade naquela cidade.



Mão Santa

Mão Santa lembrou que já foi sócio do clube, composto por grandes personalidades locais e presente em todo o estado, sempre contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

– O Rotary Club é uma verdadeira escola de formação de líderes – disse.

Pouco mais de 50% dos internautas apoiam projeto de Paim que determina custeio integral do vale-transporte pelo empregador. Hoje, benefício tem desconto no salário

## Enquete: vale-transporte deve ser pago pelo patrão?

ENCERROU-SE EM JANEIRO a enquete da Agência Senado e da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) sobre o projeto de lei do Senado (PLS 228/09) que determina o custeio integral do benefício do vale-transporte pelo empregador, seja pessoa física ou jurídica. Dos 9.241 leitores que participaram da enquete, 4.745 (51,35%) manifestaram-se favoráveis ao projeto. Votaram contra a proposta 4.496 (48,65%) pessoas.

De acordo com a legislação atual, os trabalhadores têm descontado de seus salários o montante de 6% sobre o valor recebido a título de vale-transporte. A proposta prevê a extinção dessa obrigação de coparticipação. O projeto é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e recebeu parecer favorável da

### Custeio integral do vale-transporte

Veja os números da enquete realizada pela Sepop no mês de janeiro



Fonte: Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública - Sepop

Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A relatoria ficou a cargo do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que argumenta que

tal medida contribuirá para a preservação do meio ambiente, ao estimular a utilização do transporte público.

## Senado homenageia e discute direitos de aposentados

Paulo Paim anunciou ontem a realização, na próxima segunda-feira, às 11h, de sessão especial do Senado em homenagem aos aposentados dos setores público e privado.

A sessão contará com a participação de representantes do movimento sindical, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e de outras entidades.

– Falaremos da aposentadoria integral, do fim do fator previdenciário e dos prejuízos que os aposentados vêm tendo em seus vencimentos – anunciou.

Paim ressaltou que o movimento nacional em defesa dos aposentados articula-se atualmente em todos os estados do país, buscando sensibilizar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário para que os aposentados possam viver com dignidade.

Em aparte, Marisa Serrano (PSDB-MS) apoiou as ações de inclusão social. A senadora afirmou ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deve ser aprimorado, por conta da falta de planejamento, que vem afetando milhões de estudantes.

Paim disse ainda que recebeu convite dos agentes da Pastoral



Paulo Paim anuncia a homenagem que acontece na segunda-feira

do Negro no Brasil para participar de encontro em Goiânia, em abril, a fim de discutir a igualdade racial. O senador acrescentou que o Estatuto da Igualdade Racial, de sua autoria, deverá ser novamente examinado pelo Senado depois de modificado pela Câmara dos Deputados.

## Marco Maciel: aposentadoria especial às vítimas da talidomida

Em pronunciamento ontem, Marco Maciel (DEM-PE) solicitou inclusão, na ordem do dia, de dois projetos que estabelecem critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias aos servidores públicos (PLS 8/06) e aos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social portadores de síndrome da talidomida (PLS 19/06).

Marco Maciel lembrou que a talidomida, substância presente em pílulas contra o enjoo mati-

nal receitadas a grávidas entre os anos de 1950 e 1960, provocou deformações e ausência de membros em aproximadamente 10 mil bebês em todo o mundo. O senador ressaltou decisão recente do governo da Grã-Bretanha de pedir desculpas às vítimas da talidomida.

Marco Maciel considera que a aprovação dos projetos fará com que o governo possa dar tratamento justo às vítimas da talidomida no Brasil e com que



Para Marco Maciel, Estado deve amparar vítimas do medicamento

aqueles que foram prejudicados pelo medicamento possam ter na velhice um mínimo de amparo do Estado.

## Mozarildo cobra construção de hidrelétrica em Roraima

Abastecido com energia proveniente da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, o estado de Roraima vem enfrentando racionamento e deveria sediar uma hidrelétrica, defendeu ontem em Plenário o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

O fornecimento de energia pela Venezuela não é confiável, disse ele. O presidente venezuelano, Hugo Chávez, afirma que o racionamento é causado por uma estiagem, mas Mozarildo disse que a causa é a falta de manutenção das turbinas, que está sendo feita agora por funcionários da Eletronorte enviados àquele país.

O projeto para a construção da hidrelétrica de Cotingo foi apresentado em 1993, no primeiro governo de Ottomar Pinto. Quando assumiu o governo pela segunda vez, em 2004, o governador pediu a construção da hidrelétrica à então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que prometeu retomar os estudos para a construção, orçada em R\$ 240 milhões.

Para Mozarildo, o argumento de que a área é uma reserva indígena não se sustenta, uma vez que a Constituição permite a construção, desde que haja autorização do Congresso. Ele prometeu que irá “entrar de cabeça” na luta pela construção da usina, acionando o Poder Judiciário se for preciso. O Senado, lembrou, já aprovou projeto de decreto legislativo autorizando



Mozarildo Cavalcanti reclama de dependência de usina da Venezuela

o governo federal a construir a usina, mas a proposta está parada na Câmara.

O senador criticou “alternativas mirabolantes” para o abastecimento de Roraima, como a construção de linhas de transmissão ligando o estado à usina de Tucuruí ou às novas usinas em construção em Rondônia. Ele também manifestou sua contrariedade com notícia do jornal *O Globo* segundo a qual a Eletrobrás vai construir usinas para atender demanda brasileira na Argentina, na Bolívia, no Peru e na Guiana.

– Eu considero isso uma molecagem, uma verdadeira malvadeza com o povo de Roraima – disse.

Para Mozarildo, “não se faz nada na Amazônia por uma questão eleitoral”, uma vez que há apenas 11 milhões de eleitores na região. Em Roraima há 250 mil eleitores, “menos que um bairro de São Paulo”.

## Augusto critica proposta de nova reserva em seu estado

Augusto Botelho (PT-RR) voltou a criticar, em discurso, a proposta de criação do Parque Nacional do Lavrado, que constituiria uma nova reserva no estado de Roraima. Segundo o senador, a medida prejudicará os agricultores que vivem em Serra da Lua, região que seria abrangida pelo novo parque.

O parlamentar explicou que muitos desses agricultores se mudaram para Serra da Lua depois de serem expulsos da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Ele disse que “a maioria deles são pequenos produtores que têm 500, 100, 40 ou 30 cabeças de gado e vivem da agricultura familiar”.

– Tirar de novo de suas terras pessoas que já haviam sido tiradas de Raposa Serra do Sol é brincar com o povo da minha terra – protestou, acrescentando que “parece que querem acabar com meu estado”.



Senador diz que medida prejudicará agricultores retirados de Serra do Sol

O senador sugeriu que, em vez de se criar uma nova reserva para a preservação do lavrado (que ele descreveu como uma espécie de “cerrado com menos árvores”), tal reserva poderia ser criada dentro das reservas indígenas já existentes, “inclusive porque o Supremo Tribunal Federal já observou que não há incompatibilidade entre preservação e área indígena”.

## Adelmir Santana pede voto de pesar pela morte do médico Ernesto Silva

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pela morte, aos 95 anos, do médico pediatra e pioneiro de Brasília, Ernesto Silva, por disfunção múltipla dos órgãos.

– Mesmo aposentando-se como médico, nunca deixou de participar de todos os movimentos em defesa da capital

do país. Apresento este requerimento em nome do Senado e dos pioneiros da cidade – declarou.

Adelmir Santana mencionou as diversas funções exercidas pelo médico, natural do Rio de Janeiro, onde se formou em Letras em 1933.

Segundo o senador, ele foi oficial do Exército e chegou a

coronel em 1961, graduando-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro com diversas especializações em Pediatria e publicações científicas na área.

“Sua história profissional se confunde com a história da capital”, acrescentou o parlamentar, ao salientar que o médico foi secretário da

Comissão de Localização da Capital do Brasil, diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) e conselheiro da Fundação Educacional e Hospitalar, entre outras atividades.

Marco Maciel (DEM-PE), que afirmou ter conhecido o trabalho de Ernesto Silva na construção e no desenvolvi-

mento de Brasília, destacou seu “estilo mineiro” de trabalhar e o classificou de “habitante ilustre”, a ser homenageado durante as comemorações dos 50 anos da capital federal. Por sua vez, o senador Mão Santa (PSC-PI), na presidência dos trabalhos, associou-se aos dois endereçando voto de pesar à família do médico.